

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo



Rua Curitiba, nº 39
CEP: 87630-000 - Fone: (44)3254-8131
E-mail: educacao@atalaia.pr.gov.br
ATALAIA – PR



PROTOCOLO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ESCOLAR

Rede Municipal de Educação – Atalaia – PR

CMEIs e Ensino Fundamental – Anos Iniciais

O Município de Atalaia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, estabelece o presente Protocolo Municipal de Segurança Escolar, documento norteador das ações preventivas, de intervenção e de encaminhamento a serem adotadas pelas instituições da rede municipal de ensino, abrangendo Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e escola de Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Este protocolo visa padronizar procedimentos, fortalecer o clima escolar e assegurar a proteção integral das crianças, promovendo um ambiente de paz, respeito, acolhimento e convivência saudável. O documento atende às normativas nacionais, estaduais e municipais sobre direitos da criança e do adolescente, integrando também as diretrizes constantes no Guia de Orientações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), 2024, documento de referência para o atendimento a situações de violência intra e extraescolar envolvendo crianças e adolescentes.

Este protocolo destina-se a toda a comunidade escolar (servidores, estudantes, pais, responsáveis, Rede de Proteção e sociedade civil) garantindo transparência e uniformidade nos procedimentos adotados pelas instituições de ensino.

Fundamentação Legal

A elaboração deste protocolo apoia-se na legislação nacional e estadual de proteção à infância, de segurança institucional e de convivência escolar. Destacam-se:

- Constituição Federal (1988), art. 227 – prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente.

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) – proteção integral, dever de comunicação de violências e responsabilidades institucionais.
- Lei 13.431/2017 – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência.
- Decreto Federal 9.603/2018 – regulamenta atendimentos, escuta especializada e evita revitimização.
- Lei 13.185/2015 – Programa de Combate ao Bullying.
- Lei 14.811/2024 – medidas de proteção em ambientes educacionais; tipificação de bullying e cyberbullying.
- Lei 12.737/2012 – crimes cibernéticos (Lei Carolina Dieckmann).
- Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.
- Lei 13.010/2014 – Lei Menino Bernardo (punição ao castigo físico).
- Lei 13.853/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Portaria MS nº 4/2017 – Notificação compulsória de violências interpessoais (SINAN).
- Decreto Estadual nº 8.116/2021 e 2024 – fluxos e instrumentos de registro de violações de direitos no Paraná.
- Guia SEED 2024, documento ampliado de referência para orientações de segurança e atendimento a violências nas escolas

Princípios e Diretrizes Gerais

A política municipal de segurança escolar orienta-se pelos seguintes princípios:

- A educação é um direito fundamental e só pode se desenvolver plenamente em ambiente seguro, ético e acolhedor.
- A escola deve promover a convivência respeitosa, pautada no diálogo, na escuta ativa e na valorização da diversidade humana, combatendo qualquer forma de discriminação ou violência física, psicológica, institucional, sexual ou virtual.
- A atuação diante de situações de risco ou vulnerabilidade deve ser imediata, protetiva e responsável, considerando sempre o melhor interesse da criança ou adolescente. Nenhuma vítima deve ser submetida a práticas que configurem revitimização; o registro das informações deverá ser preciso, sigiloso e baseado na legislação vigente.

- A intersetorialidade constitui diretriz central deste protocolo. Assim, escolas, famílias, serviços de saúde, assistência social, Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e órgãos de segurança pública devem atuar de forma articulada, contínua e colaborativa, assegurando respostas eficientes e integradas às necessidades das crianças e adolescentes.

Mapeamento e Prevenção de Riscos

Cada unidade escolar deverá realizar, ao início de cada ano letivo, um mapeamento interno e externo de riscos, identificando vulnerabilidades estruturais, sociais e comportamentais que possam comprometer a segurança escolar.

Esse levantamento deve considerar:

- histórico de ocorrências;
- episódios de conflitos, bullying, violência física ou psicológica;
- risco de negligência, maus-tratos ou violências externas;
- estruturas físicas vulneráveis;
- circulação de pessoas não autorizadas;
- riscos comunitários no entorno da instituição;
- interações inadequadas ou agressivas no ambiente digital;
- sinais de sofrimento emocional ou riscos de autolesão.

Os resultados deverão subsidiar ações preventivas contínuas, com envolvimento de toda a comunidade escolar.

Acolhimento e Atendimento de Situações de Violência

O atendimento a situações de violência ou suspeita segue os parâmetros definidos pelo Guia SEED e pela legislação correlata.

Acolhimento imediato

Toda denúncia, revelação ou sinal de violência deve ser tratado com seriedade, respeito e sigilo. O adulto que receber o relato deve adotar postura acolhedora, evitar julgamentos, não solicitar detalhes desnecessários e não repetir perguntas que possam constranger a criança ou adolescente.

Registro adequado

O registro inicial deve ser realizado utilizando a Ficha de Revelação Espontânea, quando aplicável, ou Ata de Ocorrência, seguindo fielmente as informações relatadas, sem interpretações pessoais.

Encaminhamentos necessários

As escolas devem acionar, conforme o caso:

- Conselho Tutelar – toda suspeita ou confirmação de violação de direitos;
- Unidades de Saúde / CAPS – violência física, sexual, psicológica e casos de autolesão;
- Polícia Militar – ameaças, porte de arma, invasões ou violência grave;
- CRAS – vulnerabilidade familiar, negligência e situações sociais complexas;
- Secretaria Municipal de Educação – acompanhamento institucional de casos graves.

Em casos de violência sexual ocorrida há menos de 72 horas, o encaminhamento a hospital de referência deve ser imediato, respeitando protocolos estaduais.

Comunicação Institucional

A comunicação deve ser clara, formal e responsável. A escola deve primeiramente registrar o fato e comunicar a direção. A partir disso, caberá à equipe gestora realizar a interlocução formal com as famílias, órgãos de proteção e Secretaria Municipal de Educação, conforme determina o ECA e as legislações complementares.

A divulgação inadequada de informações, fotos, vídeos ou nomes de envolvidos configura violação de sigilo e pode gerar responsabilização civil, administrativa e criminal. Situações que ganhem repercussão pública ou midiática devem ser imediatamente comunicadas à Secretaria Municipal de Educação, que centralizará os posicionamentos oficiais.

Controle de Acesso e Segurança do Ambiente Escolar

A organização dos espaços e fluxos internos faz parte da estratégia de segurança. As instituições devem manter controle rigoroso de entrada e saída de pessoas, assegurando que todos os visitantes sejam identificados e acompanhados. O acesso de

responsáveis pelos estudantes deverá seguir cadastro atualizado e regras próprias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Portas e portões devem permanecer fechados durante as atividades escolares. Equipamentos de segurança, como câmeras, luminárias, extintores e sinalizações, devem estar sempre em condições adequadas de uso.

É expressamente proibido a entrada de pessoas sem vínculo institucional (vendedores) para comercialização de produtos.

Ações Educativas e Cultura de Paz

A prevenção da violência é também um processo pedagógico. As escolas devem promover, de forma contínua:

- rodas de conversa orientadas (conforme Anexo IV do Guia SEED);
- atividades de educação emocional;
- projetos sobre convivência, empatia, diversidade e resolução de conflitos;
- campanhas de combate ao bullying e ao cyberbullying;
- formações com famílias sobre uso seguro da internet e prevenção de violências;
- parcerias com órgãos públicos para palestras e ações educativas.

Essas iniciativas devem ser registradas anualmente no Plano de Ação da escola.

Situações Emergenciais e Evacuação

As instituições deverão possuir um Plano de Evacuação, com rotas sinalizadas, pontos de encontro seguros e instruções claras para servidores e estudantes. Simulações de evacuação devem ser realizadas abrangendo cenários como incêndio, ameaça externa, desastres naturais ou outras emergências, garantindo preparo e organização da comunidade escolar.

Sigilo, Ética e Proteção de Dados

O tratamento de informações envolvendo crianças, adolescentes, servidores ou familiares deve obedecer à LGPD e aos artigos 17, 18 e 143 do ECA. Nenhum dado sensível pode ser divulgado ou repassado sem justificativa legal.

O sigilo constitui medida de proteção e não impede a comunicação obrigatória aos órgãos competentes prevista em lei.

Responsabilidades dos Atores Envolvidos

A segurança escolar é uma responsabilidade compartilhada.

- As direções escolares coordenam o cumprimento do protocolo, realizam encaminhamentos, articulam-se com a Rede de Proteção e garantem registros e comunicação adequada.
- Os professores identificam sinais de risco, acolhem relatos espontâneos, informam a direção e desenvolvem práticas pedagógicas de prevenção e convivência.
- A equipe administrativa controla acessos, registra entradas e comunica movimentos suspeitos.
- As famílias participam do processo educativo, informam situações relevantes e colaboram com as orientações escolares.
- A Rede de Proteção (CRAS, Conselho Tutelar, Saúde e Segurança Pública) assume as responsabilidades determinadas em lei para cada tipo de situação.

Acionamento de canais

Acionar os canais de Segurança quando sentir fragilidade e risco na Escola.

CANAIS DE ATENDIMENTO IMEDIATO:



190

Polícia Militar



SAMU
192



BOMBEIROS
193
EMERGÊNCIA

Divulgação e Atualização do Protocolo

O presente documento deve ser amplamente divulgado para a comunidade escolar, disponibilizado nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e apresentado em reuniões com familiares e servidores.

Sua revisão deverá ocorrer anualmente, ou sempre que houver atualização normativa ou necessidade decorrente de novas demandas da rede municipal.

Considerações Finais

O Protocolo Municipal de Segurança Escolar de Atalaia reafirma o compromisso da rede municipal de ensino com a proteção integral das crianças e adolescentes, fortalecendo a cultura de paz, prevenindo a violência e garantindo que cada instituição de ensino seja um espaço seguro, humanizado e promotor de desenvolvimento pleno.

O cumprimento das diretrizes aqui estabelecidas é obrigatório para todas as unidades escolares e profissionais da rede, sendo parte essencial da função social da educação pública.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera o ECA para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem uso de castigos físicos. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, 9 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, 5 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.** Regulamenta a Lei nº 13.431/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 11 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019.** Altera e consolida dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente em ambiente escolar, tipifica bullying e cyberbullying. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jan. 2024.


BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4, de 4 de janeiro de 2017.** Estabelece as diretrizes da Notificação Compulsória de Violências Interpessoais e Autoprovocadas. Brasília, 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre parâmetros para institucionalização e fortalecimento da Rede de Proteção. Brasília, 2006.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 8.116, de 12 de março de 2021.** Institui os fluxos e instrumentos de registro de violências contra crianças e adolescentes no Estado do Paraná. Curitiba, 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Guia de Orientações: Protocolos de Atendimento às Situações de Violência Intra e Extraescolar.** Curitiba, 2024.

Atalaia, 15 de abril de 2025



Ariani Vilhena de Paiva
RG: 6.771.034-7 – DEC.0135/2021
Secretária Mun. de Educação, Cultura e Turismo